A CONSOLIDAÇÃO DA INDÚSTRIA EM CAMPINAS E REGIÃO - ESTRUTURA E DETERMINANTES (UM ESTUDO DOS ANOS 30 AOS 90)

Luis Antonio Baptista[1]

PARTE 1 - DOS ANOS 30 ATÉ 1980.

1. INTRODUÇÃO

Sintetizando as principais idéias apresentadas por diversos autores[2] que analisaram as questões relativas ao desenvolvimento regional e em especial ao de Campinas e Região[3], pode-se entender que a região de Campinas foi palco, a partir de meados do século XIX, das principais transformações que deram origem ao complexo cafeeiro capitalista de São Paulo. Do município, partiram as duas principais ferrovias do café, estabelecendo-se também ali as primeiras indústrias de máquinas e equipamentos de beneficiamento. As primeiras experiências com o trabalho livre tiveram lugar em fazendas da região nas décadas de 1840 e 1850, a imigração em grande escala com a adoção do regime de colonato contou com a participação decisiva dos grandes fazendeiros locais.

A dinâmica do complexo cafeeiro estruturou na região um economia com grau relativamente avançado de disseminação de relações mercantilizadas de produção e de diferenciação da divisão social do trabalho. Esse conjunto de fatores que constituíram a herança cafeeira, foram fundamentais para viabilizar a rápida transformação de sua economia após a crise de 1929/1930 e o dinamismo posterior.[4]

1 Professor Titular dos Departamentos de Economia e Administração da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas (FACECA/PUC-Campinas), Mestre em Economia Política e doutorando pela PUC-SP em Ciências Sociais.

2 Autores com os quais estaremos trabalhando ao longo deste artigo.

3 Região de Governo de Campinas, composta de 22 cidades,

4 SEMEGHINI (1991) p. 184.

Cabe ainda lembrar, que a economia cafeeira paulista em seu todo, pelo maior dinamismo no contexto nacional, resolve pioneiramente, sérios problemas de infra-estrutura, como o dos transportes ferroviários, do porto marítimo, de comunicações e de urbanização e assim, gera um acúmulo de economias externas, que beneficiaria a formação industrial, reduzindo-lhe os gastos de inversão e os custos de produção.[5]

E ainda nesse sentido ao analisar as relações entre café e indústria, Cardoso de Mello sintetiza: "O próprio complexo exportador cafeeiro engendrou o capital-dinheiro disponível para transformação em capital industrial e criou as condições a ela necessárias: parcela da força de trabalho disponível ao capital industrial e uma capacidade para importar capaz de garantir a compra de meios de produção e de alimentos e bens manufaturados de consumo, indispensáveis à reprodução da força de trabalho industrial".[6]

Assim, *"a expansão e reprodução do 'complexo cafeeiro' não significou apenas o aumento físico da produção de café, mas sobretudo um processo de criação de novos 'espaços' para a acumulação, que se fez acompanhar de efeitos multiplicadores ao nível da urbanização, migração, atividades industriais, de serviços, comerciais, de administração pública e, em especial, na estrutura e dinâmica da circulação dentro do território estadual, chegando mesmo aos estados limítrofes."*[7]

Isto posto, neste artigo, ao se buscar a Estrutura e os Determinantes da consolidação da indústria em Campinas e Região, percorre-se todos os períodos de industrialização, desde a Industrialização Restringida, passando pela Industrialização Pesada e o Milagre Brasileiro. Procura-se assim, mostrar inicialmente a concentração da indústria na Grande São Paulo e depois o processo e determinantes da interiorização dessa indústria, até sua consolidação em Campinas

5 CANO (1990) p. 227.
6 CARDOSO DE MELLO (1986) p. 147.
7 NEGRI (1994) p. 29.

e Região. Essa consolidação, que propicia a integração de Campinas e Região com o resto do país, como um centro industrial e de serviços, dentro de um dos mais dinâmicos processos de urbanização, cuja dimensão e importância extrapolam em muito o âmbito regional e nacional. Essa industrialização que a partir dos anos 80, mais acentuadamente, vai remeter parte de sua produção de manufaturados para fora do país ratificando e consolidando ainda mais a indústria em Campinas e Região.

No entanto, este artigo estará sendo desdobrado em duas partes. A primeira, que ora publicamos, que nos remete ao estudo dos anos 30 até 1980. A segunda parte, a ser publicada na próxima Revista, nos remeterá ao estudo dos anos 80 e 90.

2. A CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO E, EM ESPECIAL, NA GRANDE SÃO PAULO (1920-1970)

A CONCENTRAÇÃO ATÉ 1930

Em que pese os argumentos de Cano[8], ao considerar que o processo de concentração industrial no Estado de São Paulo, constitui-se em um fenômeno, cujo ponto de partida se dá por volta de 1905-1907, representado pelos seus 15,9% de participação no valor da produção industrial, em 1907, e 30,7% em 1914, e denominado por "grande salto quantitativo" da indústria paulista, entende-se dentro dos objetivos deste trabalho, que é a partir de 1920, que se dá o início do movimento dinâmico, que irá proporcionar a efetiva expansão da indústria paulista, alimentada ainda pelo capital cafeeiro, consolidando o processo concentrador. A participação e importância do capital estrangeiro, sob a forma de investimento direto, só se faria sentir a partir do meado da década de 1920.

A primeira Guerra Mundial, ao realçar o estrangulamento no comércio internacional do Brasil, reduzindo tanto importações quanto exporta-

8 CANO (1990).

ções, permite a São Paulo, expandir sua indústria e agricultura e atender com seus produtos os demais estados. Esse avanço propicia a São Paulo, nos anos 20, expandir sua economia e avançar ainda mais na acumulação de capital industrial, em relação aos demais estados, dado pelo maior desenvolvimento de suas relações capitalistas de produção.

A crise internacional do final dos anos 20, reduz sobremaneira a capacidade de importar, que levaria a uma crise industrial sem precedentes, não fossem as políticas de defesa do café implementadas por Vargas no início dos anos 30[9], ou como enfatiza Cardoso de Mello, "o comportamento efetivo do Estado foi keynesiano em 1930 e 1932 ...".[10] Assim, a partir dos anos 30, já se tem uma preocupação sistemática de política econômica bem como uma ação mais persistente e crescentemente articulada, em busca do desenvolvimento industrial.[11] [12]

Em adição aos argumentos acima e ainda com relação à crise de 1929, assinala Cano: "A crise de 1929 e a sua recuperação provocariam o deslocamento do eixo dinâmico da acumulação, do setor agro-exportador para o industrial. A desarticulação do comércio exterior, causaria forte reversão no abastecimento interno e as restrições às importações forçariam a periferia nacional a importar, produtos de São Paulo; este por sua vez, deveria crescentemente importar mais matérias-primas e alimentos de outros estados. Passava-se, portanto, à

9 A esse respeito veja-se FURTADO, Celso "Formação Econômica do Brasil", SP, 13a. ed., Ed. Nacional, 1975, capítulo XXXI (Os mecanismos de defesa e a crise de 1929). p. 193: "É, portanto, perfeitamente claro que a recuperação da economia brasileira, que se manifesta a partir de 1933, não se deve a nenhum fator externo e sim à política de fomento seguida inconscientemente no país e que era um subproduto da defesa dos interesses do café."

10 CARDOSO DE MELLO (1986) p. 173.

11 SUZIGAM (1995)

12 Com relação à recuperação brasileira pós crise de 29, tem-se uma contradição no enfoque dado por Cardoso de Mello e Suzigan, quando consideram que houve por um lado um comportamento efetivo e Keynesiano do Estado e por outro, uma preocupação sistemática de política econômica, com ação persistente e articulada em busca do desenvolvimento industrial, vis-a-vis, ao enfoque de Furtado, que considera que houve uma política de fomento inconsciente e sub-produto dos interesses do café. Pelo estudo dos trabalhos dos autores citados, nos permitimos aceitar que a sustentação dada por Furtado é a que melhor traduz o caminho adotado para a recuperação e desenvolvimento brasileiro.

integração do mercado nacional sob o predomínio de São Paulo e à periferia, nada mais restava do que ajustar-se a uma função complementar da economia de São Paulo, embora mantendo ainda sua antiga dependência do exterior, através de suas exportações tradicionais."[13]

Desta forma, a expansão industrial na área da Grande São Paulo, como que por um processo de retroalimentação, induz e reforça a concentração atraindo setores produtores de peças complementares e de reposição, bem como de indústrias auxiliares. Por seu lado, o porto de Santos, pela proximidade, reforça a expansão ao facilitar a exportação para os outros Estados.

3. A CONCENTRAÇÃO NO CONTEXTO DA INDUSTRIALIZAÇÃO RESTRINGIDA: 1929/33 A 1955

A partir da análise apresentada na seção anterior mostrando o início do processo de concentração industrial no Estado de São Paulo e sua dinâmica até 1930, tem-se que esse processo se intensifica no contexto da industrialização restringida. Segundo Cardoso de Mello, vai de 1933 a 1955, a fase de acumulação, movida dentro de um novo padrão, e observa que: **"Há industrialização, porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais;** mas a industrialização se encontra **restringida** por que as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, **num golpe**, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial."[14]

Assim, a reprodução ampliada do capital produtivo fica obstaculizada e restringida pela dependência do crescimento das exportações, ge-

13 CANO (1985) p. 61.
14 CARDOSO MELLO (1986) p. 110 - Grifos do autor.

radoras das divisas necessárias para viabilizar as importações de bens de capital e de insumos, dentro do modelo tradicional.

Com a ruptura desse modelo tradicional primário exportador, inicia-se o período de "substituição de importações no País"[15], promotora em parte da significativa expansão industrial verificada no período e, em especial, em São Paulo. A "substituição de importações" revelou-se um modelo fechado, cujo centro dinâmico passa a ser o investimento interno, fazendo com que as exportações perdessem importância quantitativa. No entanto, de 1930 a 1964 continua a mesma divisão internacional do trabalho, onde a periferia teria sua inserção ainda como exportadora de produtos primários, o que evidencia as dificuldades dessa periferia em exportar produtos manufaturados (tecidos, siderurgia, etc.), dado o protecionismo existente nos países centrais.[16]

As limitações e dificuldades acima citadas, impostos à realidade brasileira são, em parte, amenizadas pelas medidas adotadas pelo Governo, de restrições e controles de importações, como por exemplo, elevação da taxa de câmbio (aumento dos preços relativos de importação). Outra medida, foi a criação de estímulos à produção interna substitutiva com o aproveitamento dos recursos escassos (divisas) para importar bens de capital e as matérias primas necessárias à instalação de novas unidades e assim, dar continuidade ao processo de substituição. Por sua vez, a exportação muda sua função, que passa de determinante principal do crescimento da renda e do emprego, para diversificadora da estrutura produtiva. Estrutura-se assim, um novo modelo de desenvolvimento, que se contrapõe e responde aos estran-

15 Ver TAVARES (1978) e CARDOSO DE MELLO (1986) - CANO (1990) p. 132, referindo-se a Furtado e Conceição Tavares, observa que esses autores na realidade só pensaram numa industrialização por substituição de importações, a partir da década de 1930, e no que se refere ao período anterior, trataram a industrialização como um processo induzido pelas exportações, não se referindo, portanto, à teoria dos choques adversos. No entanto, referindo-se a J.M.C. de Melo, mostra que esse autor desenvolveu uma análise do crescimento industrial, vista pelo ângulo do processo interno de acumulação engendrado pelo complexo cafeeiro.

16 "Países Centrais", na concepção Cepalina refere-se a países desenvolvidos" - Veja-se sobre o assunto RODRIGUEZ, Octavio, "A Concepção do Sistema Centro-Periferia", Revista de Finanças públicas, 1986, pgs. 61 a 88. (Artigo publicado na Revista da CEPAL, 1o. Sem./77) e PINTO, Aníbal "El Sistema Centro-Periferia 20 Años Despues". in, PINTO, Aníbal e KÑAKAL,Jan, "América Latina y el Cambio em la Economia Mundial", Instituto de Estudios Peruanos - IEP, 1973

gulamentos do setor externo, tornando a economia menos dependente quantitativamente. No entanto, muda qualitativamente a natureza dessa dependência, dado que substitui, somente parte do valor agregado, pois, aumenta a demanda por importações de matérias primas e insumos necessários à produção.[17]

A estruturação desse novo modelo de crescimento faz com que os investimentos produtivos, encontrem em São Paulo as melhores condições de localização, principalmente, pelo lado da demanda, reforçando ainda mais o processo de concentração. A integração dada pelas trocas interregionais, de São Paulo para o resto do país, denotam um aumento cada vez mais significativo de exportação de produtos industriais e importação de matérias primas e gêneros alimentícios, evidenciando-se, desta forma, uma relação estrutural de comércio, típica de "centro-periferia".[18]

Os aspectos e dados abaixo descritos são importantes na avaliação e análise de que o desenvolvimento de São Paulo, já não se tratava, simplesmente, de um crescimento industrial subordinado à dinâmica cafeeira, como procurou mostrar Cardoso de Mello e, sim, dentro da lógica da expansão da economia nacional, tendo São Paulo como centro dominante e receptor dos melhores resultados da industrialização.

"Entre 1933 e 1939, assiste-se a um surto industrial no país, com taxas de crescimento da ordem de 11,2% ao ano, bem superior à taxa média anual de 5,7% verificada no período de 1919/1930"[19]. Essa expansão revela aspectos importantes, mostrando que o segmento que mais cresceu foi o de bens de capital e de bens de consumo duráveis (12,6% a.a.), destacando-se a montagem de caminhões e ônibus; seguido do segmento de bens intermediários (7,0% a.a.), com ênfase na química e metalurgia e as indústrias de bens de consumo não duráveis ficando com taxas inferiores a 5,0% a.a.[20] Nesse período a análise do

17 TAVARES (1978)
18 CANO (1990) p. 235
19 HADDAD (1978) apud NEGRI (1994)
20 NEGRI (1994)

Comércio Exterior, vai mostrar uma participação média do Estado de São Paulo, no total das "Exportações e Importações" nacionais, praticamente estável, ao nível de 55,0% para as exportações e 39,0% para as importações.[21]

Entre 1939 e 1949, o crescimento médio anual da indústria brasileira, fica em torno de 7,8%, com expressiva taxa de 9,3% a.a. para o segmento de bens de capital e de consumo duráveis, de 10,0% a.a. para o de bens intermediários, e ainda, um crescimento de 6,7% para o segmento de bens de consumo não duráveis.[22] Por outro lado, pela análise feita por Negri, com relação à concentração espacial do valor da produção industrial de São Paulo versus Brasil, tem-se nos dados estatísticos a evidência de uma participação de São Paulo de 45,4%, em 1939, que aumenta para 48,0%, em 1949,[23] que ratifica a concentração em São Paulo, bem como a relação estrutural de comércio com as demais regiões, típica de "centro-periferia". Nesse período, o Comércio Exterior, tem uma participação média de São Paulo declinante até 1942, tanto pelo lado das exportações como pelo das importações, que caem para 41,9% e 29,8%, respectivamente. Em 1943, os níveis de exportação e importação recuperam-se pouco, mas, a partir de 1945 até 1949, mantem-se próximo aos níveis do início do período.[24]

Na década de 40, alguns fatos são relevantes, no sentido de estimular o crescimento industrial: a indústria têxtil, durante a segunda Guerra, se beneficia de acordos entre Brasil e aliados para abastecimento militar; a inauguração da Usina de Volta Redonda, em 1946, irá se somar à expansão da produção de cimento, à implantação dos pneumáticos e ao desenvolvimento de vários setores químicos e outros.

Entre 1949 e 1955, o crescimento da indústria brasileira encontra-se parcialmente obstado, de um lado pela Guerra da Coréia em 1952 e de outro pela crise internacional de superprodução do algodão em 1952[25]

21 CANO (1990, P.265
22 CANO (1985) PP. 77-83
23 NEGRI (1994) PP. 59 E 89
24 CANO (1990) P. 265
25 idem p. 73 - A área cultivada com algodão que havia atingido 1,1 milhão de hectares em 1949/51, declina para 447,7 mil em 1958/59, com redução da produção física.

e do café em 1954,[26] que mostram o comércio exterior declinante para a exportações e crescente para as importações[27], configurando-se um novo estrangulamento externo. No entanto, será exatamente esse estrangulamento externo, um dos fatores, que irá reafirmar a concentração espacial do valor da produção industrial no Estado de São Paulo , que aumenta de 48,0% em 1949 para 52,2% em 1956, em relação ao Brasil.[28]

Ressalte-se ainda que para esse último período, as políticas econômicas externas adotadas pelo governo, foram decisivas para o crescimento industrial. Assim, de 1946 a 1947, na euforia do pós-guerra, buscou-se corrigir os desequilíbrios provocados pela obsolescência do parque industrial e da infra-estrutura, resultante dos estrangulamentos externos, liberalizando o mercado cambial e mantendo a taxa de câmbio no nível da taxa de paridade do pré-guerra. O anos de 1947 a 1953 são marcados por uma sobrevalorização do câmbio e instituição de cotas de importação, sendo que em 1948 tem-se o início de um controle cambial mais severo, com o regime de licença prévia. A Guerra da Coréia, em 1952, gera uma perspectiva de escassez e induz o governo a uma mudança nas diretrizes no sentido de estocar produtos essenciais, basicamente, bens de capital e matérias-primas. Nos anos de 1953 a 1957, o governo altera substancialmente o seu sistema cambial, quando, através da Instrução 70 da SUMOC, em 1953, institui as taxas múltiplas de câmbio e os leilões semanais.[29]

Assim, ao final da industrialização restringida, encontra-se no Estado de São Paulo, uma base produtiva industrial de grandes proporções e amplamente diversificada, responsável por 47,2% do produto gerado pelas indústrias de bens de consumo não durável, por 53,2% da produ-

26 Idem p. 77 - Muito embora as cotações internacionais do café se mantivessem elevadas, entre 1949 e 1954, entram em crise a partir de 1954 que perdura até 1960, quando é implantada a política de erradicação do café.

27 Em 1956, as importações brasileiras atingem 64,2% e se mantêm num patamar elevado, induzidas pela alteração do sistema cambial e pelo estabelecimento das diretrizes do Plano de Metas. (Tabela 15)

28 idem p. 89

29 SERRO POMBAL DIB (1987)

ção dos bens intermediários e por 76,6% da produção de bens de capital e consumo durável. No âmbito dessa base produtiva, a indústria de transformação empregava 721,8 mil pessoas e concentrava 53,0% do valor da transformação industrial brasileira. Essa concentração era mais notória na cidade de São Paulo e seu entorno: os municípios que formariam a Grande São Paulo eram responsáveis, em 1956, por 69,8% da indústria estadual, enquanto o interior paulista era responsável pelo restante e por, praticamente, toda agropecuária estadual.[30]

Dessa forma, o dinamismo continua dependendo do desempenho do setor instalado de bens de consumo e a principal mudança na dinâmica da acumulação em relação à da economia cafeeira, é que o setor industrial liberta-se, em grande parte, de sua dependência do setor exportador pelo lado da realização da produção (cujo determinante passa a ser a reprodução da força de trabalho da própria indústria), mas a capacidade para importar continua como um limite em última instância à taxa de acumulação.

4. CAMPINAS E REGIÃO NO CONTEXTO DA INDUSTRIALIZAÇÃO RESTRINGIDA

A estrutura e a acumulação de capital deixadas pelo complexo cafeeiro permitiram a instalação de importantes indústrias na Região e no município de Campinas. A partir de 1920, o ramo têxtil passa a ter maior peso na estrutura industrial de Campinas. Tem-se ainda, nesse ano, a implantação no município de 91 estabelecimentos fabris, com 2.865 operários. Em 1939, "Campinas contava com seis mil operários em cem fábricas"[31], constituindo-se no segundo núcleo manufatureiro de São Paulo, perdendo apenas para a Capital.

O processo de urbanização e industrialização no município, ensejou a formação de uma nova ordem social, que passa para uma sociedade

30 NEGRI (1994) pp. 60-69, Ver Também CANO (1985) pp. 221-222
31 FIGUEIRA DE MELLO (1991)

eminentemente urbano-industrial, considerando-se que, em 1920, as atividades urbanas já concentravam 43,5% da PEA do município elevando-se para 60,4% do PEA, em 1940.[32] Com relação à população, mais da metade , residia em áreas urbanas em 1934, elevando-se para 64,6 em 1940 e para 70,0% em 1950, e um esvaziamento da população rural. (Tabela 01)

Em 1940, o interior era responsável por 35% do Valor da Produção da indústria paulista, em 1950, cai para 34,0%. Na década de 1940, essa indústria interiorizada concentra-se essencialmente na indústria de bens de consumo não duráveis, sustentada pela produção de têxteis e de alimento, gerados pela transformação dos bens agrícolas locais e regionais, indicando transformações expressivas na estrutura produtiva, urbana e populacional, principalmente em Campinas. Instalaram-se importantes indústrias no município: Sanbra, Anderson-Clayton, Matarazzo, anteriormente sediadas na Capital e seu entorno. A região, com a expansão industrial, cresce e se fortalece, resultando no desmembramento dos municípios de Cosmópolis, em 1944, Sumaré e Valinhos, em 1954.

TABELA 01

POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL - MUNICÍPIO DE CAMPINAS (1934 - 1950)

	População			Participação Relativa		Tx. de Cresc. (% a.a.)		
Anos	Total	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1934	132819	69010	63809	51,96	48,04			
1940	129940	84055	45885	64,68	35,32	-0,36	3,34	-5,35
1950	152547	106834	45713	70,03	29,97	1,62	2,42	-0,04

Fonte: Fundação IBGE, Censo Escolar de 1934 e Censos Demográficos de 1940 e 1950, apud Baeninger, 1992, pg. 52

32 SEMEGHINI. (1988)

A inauguração da Via Anhanguera (pavimentada em 1948, eixo de ligação dos dois principais pólos urbanos do Interior - Campinas e Ribeirão Preto), ampliaria a implantação industrial interiorizada, antecipando o movimento induzido pela industrialização pesada.

Dando continuidade ao dinamismo industrial, novo surto de investimentos, direcionou-se ao espaço paulista interiorizado e em especial para o município de Campinas, já na primeira metade dos anos 50, com indústrias mecânicas, de material de transportes, elétricos, químicos, de borracha e papelão. No município instalaram-se: Singer do Brasil e Duratex (1951), Pirelli, Hiplex e Ibras/Cbo (1953), Robert Bosch (1954), juntando-se à GE e à Rhodia, já instaladas. Nos municípios do entorno de Campinas, instalavam-se: Chicago Bridge, em Paulínia; Rigesa e Clark, em Valinhos; Tema Terra, Wabco, 3M e IBM, em Sumaré. Entre 1955 e 60, instalam-se a Bendix, Ashland Otilub, Miracema, Merck e Sharp, Equipesca e Eletrometal.[33]

As implantações industriais na região de Campinas são constituídas por empresas oligopolistas, determinadas não mais pela base agrícola ou os mercados regionais, e sim para, dentro da dinâmica capitalista, garantir o processo de valorização e acumulação do capital.[34]

Desta forma, na década de 50, Campinas já se projetava como importante centro industrial e com elevado dinamismo nos setores do comércio, de serviços e agrícola que potencializam sua atratividade para o padrão de acumulação que seria adotado na segunda metade da década e se constitui numa reserva de espaço, dentro do processo de desconcentração e descentralização, que tomaria corpo, a partir dos anos 70.

Como observa Figueira de Mello, " o crescimento da cidade agora se pretendia de base industrial, atividade naturalmente adensadora de população (...) com o adensamento de camadas médias e operárias".[35] De acordo com a Tabela 01 acima, em 1950, Campinas tinha

33 Ver ZIMMERMANN (1988), SEMEGHINI (1991) e BAENINGER (1992)
34 "Lei do Valor" Sobre o assunto ver: MARX, K. "O Capital", SP, Nova Cultural, 1985 (Os Economistas); Ver também MANDEL, Ernest "O Capitalismo Tardio", SP, Ed Abril Cultura, 1982.
35FIGUEIRA DE MELLO (1991)

aproximadamente 153 mil habitantes, concentrando 70,0% da população na área urbana.

Apesar de todo o dinamismo do município, em 1956, ainda predominava na estrutura industrial local o ramo de produtos alimentares e têxtil, com um terço do valor da produção. Outro terço da produção era representado pela indústria química (incluídos: óleos vegetais, perfumaria, sabão e velas, produtos farmacêuticos e plásticos), a indústria de papel e papelão e a de borracha; a mecânica respondia por 8% e o restante pelos demais ramos.[36]

5. CONSOLIDAÇÃO DA CONCENTRAÇÃO EM SÃO PAULO, NO CONTEXTO DA INDUSTRIALIZAÇÃO PESADA (1956-1970)

O processo de concentração industrial no Estado de São Paulo, cujas raízes se encontram no período cafeeiro e avança de forma intensa durante a industrialização restringida, evidencia uma diferença básica em relação às demais regiões. Essa industrialização deixa de ser um expediente ocasional para se transformar numa efetiva política reestruturadora da economia nacional, aproveitando-se da diversificação da sua estrutura industrial e maior expansão e modernização de sua capacidade produtiva.

Entretanto, como observa Negri, "entre 1930 e 1956, uma série de determinantes iriam contribuir para ampliação do espaço econômico de São Paulo"[37] e salienta dois aspectos em especial: o primeiro referente ao extraordinário desenvolvimento da agricultura e o segundo, pela importante estruturação do sistema viário por todo seu território. Mas, seria com os efeitos de encadeamento dos investimentos do Plano de Metas, que se modificaria o padrão de crescimento industrial do país e se consolidaria a concentração econômica no espaço de São Paulo.

36 Cf Quadro VII, in SEMEGHINI (1991) p. 112
37 NEGRI (1994) p. 70

É dentro do contexto da "industrialização pesada", que vai de 1956 a 1980, que se consolida a expansão industrial no país e a sua concentração em São Paulo. A "primeira fase da industrialização pesada" vai de 1956 a 1967, e apresenta dois momentos distintos: de 1956 a 1962, caracterizado pelo ciclo "expansivo", onde expressivos investimentos produtivos do setor público, somado aos capitais estrangeiros, articulam a instalação de um conjunto de plantas produtoras de bens de capital, intermediários e de consumo durável; de 1962 a 1967, caracterizado pelo ciclo de "desaceleração da economia", quando se reduz acentuadamente o ritmo de crescimento do produto industrial e da construção civil.[38]

A "segunda fase da industrialização pesada", vai de 1967 a 1980, e é caracterizada pelos grandes investimentos no setor industrial e elevadas taxas de crescimento, propiciados pelo ciclos expansivos do "Milagre" (1967/1973)[39] e do II PND (1975/79).[40]

O Plano de Metas (1956-1961), foi o primeiro plano a estabelecer diretrizes setoriais e metas industriais específicas orientadas pelo plano e coordenadas pelos grupos executivos constituídos. A articulação do "tripé" formado pelo capital nacional, o capital externo e o Estado, desempenha papel importante no processo de industrialização, no sentido de eliminar os "estrangulamentos" geradores de barreiras ao desenvolvimento, identificados nos setores de energia, transportes, alimentação, indústrias de base e educação.[41]

Assim, a diferença desse período com o anterior é dada pela presença marcante do Estado e do (novo)capital estrangeiro. Nas palavras de Cardoso de Mello, *"a implantação de um bloco de investimentos altamente complementares,* ***entre 1956 e 1961****, correspondeu, ao contrário, a uma verdadeira "onda de inovações" schumpeteriana: de um lado, a estrutura do sistema produtivo se alterou radicalmente, verifi-*

38 Sobre o asunto, LESSA, Carlos "Quinze Anos de Política Economica, 3a. Ed. SP, Brasiliense, 1982; SUZIGAN, W. Experiência histórica de política Industrial no Brasil", Campinas, Unicamp, IE, 1995 e CANO, W. (1985)

39 Sobre o assunto, BACHA, Edmar L. "Os mitos de uma Década", RJ, Paz e Terra, 1991;

40Ver sobre o assunto, BATISTA J. C. "A estratégia de Ajustamento Externo do II PND", Revista de Economia Política, Vol. 7, n. 2, abril-junho/1987 e República Federativa do Brasil, "Projeto do II Plano Nacional de Desenvolvimento - PND (1975-1979)", setembro/1974

41 KON (1994) p. 189

cando-se um profundo "salto tecnológico"; de outro, a capacidade produtiva se ampliou muito à frente da demanda preexistente. Há, portanto, ***um novo padrão de acumulação****, que demarca uma nova fase, e as características de expansão delineiam um* ***processo de industrialização pesada****, porque esse tipo de desenvolvimento implicou em um crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo antes de qualquer expansão previsível de seus mercados. (...) Porém, não é menos certo que a industrialização pesada tinha escassas possibilidades de nascer como mero desdobramento do capital nacional e estrangeiro empregado nas indústrias leves: nem se dispunha de instrumentos prévios de mobilização e centralização de capitais, indispensáveis à maciça concentração de recursos externos e internos exigida pelo bloco de investimentos pesados, nem se poderia obter a estrutura técnica e financeira dos novos capitais a partir da diversificação da estrutura produtiva existente. A expansão, portanto, não poderia deixar de estar apoiada no Estado e no* ***novo*** *capital estrangeiro, que se transfere sob a forma de capital produtivo."*[42]

A proteção do comércio passou a ser administrada por um sistema composto por uma nova tarifa aduaneira "ad valorem" e com alíquotas elevadas, taxas de câmbio múltiplas com escalas de prioridades, rigorosas barreiras não-tarifárias (exame de similar nacional e índices mínimos de nacionalização), e os primeiros incentivos à exportação de produtos manufaturados, ainda que não tenha havido grandes preocupações em estimular as exportações.

Na elaboração do Plano de Metas[43], estabeleceram-se conceitos e critérios em seu planejamento, para consolidar o dinamismo industrial em nível nacional: 1º) O conceito de "Ponto de Estrangulamento Interno", procura reestruturar setores que obstaculizavam o desenvolvimento do restante da economia, ou seja, Setor de Energia, Transportes, etc; 2º) O conceito de "Ponto de Estrangulamento Externo", procura estimular setores e/ou produtos mais importantes e essenciais, dentro do processo industrial, ou seja, siderurgia, metais não-ferrosos, petró-

42 CARDOSO DE MELO (1986) pp. 117-118, grifos do autor

43 Ver sobre o assunto, LAFER, Betty Mindlin (Org). "Planejamento do Brasil, São Paulo, Perspectiva, 1975 e LESSA, Carlos, "Quinze anos de Política Econômica", 3a. edição, SP, Brasiliense, 1982

leo, com seletividade para a pauta de importação, priorizando, insumos e equipamentos e 3º) O conceito de "Pólo de Germinação", procura criar infra-estrutura em determinadas regiões para possibilitar o desenvolvimento de outras, como por exemplo, rodovias, portos, Brasília, etc.

O conjunto de inversões implementadas no Plano de Metas, promove uma alteração significativa na composição da estrutura setorial da indústria de transformação nacional e de São Paulo, tomados os anos de 1949 a 1959. Conforme analisa Negri, "no curto período de 1956/59, aumentou significativamente o número de estabelecimentos e o crescimento industrial gerou 103,2 mil novos empregos em apenas três anos, sendo três quartos no Grupo III, e um quinto no Grupo II. O maior movimento no emprego foi justamente em material de transportes, seguindo-se a metalurgia, ao passo que reduzia-se o número de postos de trabalho na têxtil e na indústria de bebidas, sujeitas a um processo de modernização tecnológica". Na década de 1960, a indústria de transformação propicia em São Paulo um incremento líquido de 463,9 mil novos postos de trabalho, elevando o número de empregados para, aproximadamente, 1,3 milhões de pessoas.[44] [45]

Em São Paulo, o período de 1956 a 1970, consolida as bases de uma sociedade urbana e industrial, crescendo e modernizando seus serviços de transportes, comunicações e intermediação financeira.[46] No espaço econômico paulista, tem-se a formação da Área da Grande São Paulo como metrópole, evidenciado pelo desempenho e concentração industrial na Capital e no seu entorno, conforme Tabelas 02 e 03. Entretanto, o consolidação da concentração industrial na Capital e seu entorno, não impede o interior de manter o dinamismo próprio, ainda que parcialmente "reflexo"[47], no sentido de prover o fornecimento

44 NEGRI (1994) p. 109

45 Grupo I - Indústria predominantemente produtora de bens de consumo não duráveis
Grupo II- Industria predominantemente produtora de bens intermediários
Grupo III- Industria predominantemente produtora de bens de Capital e de consumo durável

46 Sobre o assunto, ver CANO, W. (Coordenador). "A interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)". SP.. Fundação SEADE. 1988, Coleção Economia Paulista, Vol. 1, no. 1, 2 e 3

47 "Reflexo", no mesmo sentido dado por Furtado (1975), só que em relação à Capital e Interior do Estado de São Paulo

de peças e acessórios, para os novos segmentos industriais, bem como, alimentos, matérias-primas e até bens de consumo durável, para atender ao crescimento urbano da metrópole.

Tabela 2

Concentração espacial do valor da produção industrial de São Paulo

(1956-1970) - Valores em (%)

Regiões	Em relação a São Paulo			Em relação ao Brasil		
	1956	1959	1970	1956	1959	1970
1. Grande São Paulo	66,6	71,1	70,7	34,8	37,1	38,5
1.1. Capital	51,1	51,7	43,8	26,7	27,0	23,8
1.2. Outros Municípios	15,5	19,4	26,9	8,1	10,1	14,7
2. Interior	33,4	28,9	29,3	17,2	15,1	15,9
Total do Estado	100,0	100,0	100,0	52,2	55,7	54,4

Fonte: IBGE - Censos Industriais de 1960 e 1970 e Pesquisa Industrial de 1956, apud Negri, 1994, pg. 118.

Em 1970, vamos encontrar no interior paulista uma indústria responsável por 29,3% do valor da transformação estadual (Tabela 19), equivalente a 14,7% do respectivo valor nacional, evidenciando a liderança da Região Administrativa de Campinas, com um terço do valor da transformação do interior, que impulsiona o crescimento de sua indústria no pós 70.

"A partir de 1967, período ascendente do segundo ciclo da industrialização pesada (o chamado milagre econômico), em que o Brasil se entregou decididamente à divisão internacional do trabalho em padrões modernos, ocorreu extraordinário desenvolvimento em certas regiões do interior de São Paulo, onde o capitalismo deu saltos notáveis em relação ao resto do estado e do país."[48]

48 GONÇALVES (1987)

Tabela 3

Distribuição espacial do pessoal ocupado e do valor da produção industrial da indústria de transformação do Estado de São Paulo: 1956-1970

(Valores em %)

Regiões Administrativas	Pessoal Ocupado				Valor da Produção			
		1956	1959	1970		1956	1959	1970
1. Região Metropolitana	67,7	70,7	70,1		66,6	71,1	70,9	
2. Interior Paulista		32,3	29,3	29,9		33,4	28,9	29,3
2.1. Litoral		1,6	1,5	1,8		3,9	4,3	4,2
2.2. Vale do Paraíba	3,0	2,9	3,6		2,0	2,1	3,1	
2.3. Sorocaba	5,2	4,9	3,6		3,9	3,0	2,3	
2.4. Campinas	12,5	11,3	12,2		10,3	8,9	10,5	
2.5. Bauru		4,5	3,9	3,9		4,9	3,9	3,6
2.6. Região "Oeste"	3,4	3,4	3,4		6,4	5,4	4,4	
Total		100,0	100,0	100,0		100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - Censos Industriais de 1960 e 1970 e Pesquisa Industrial de São Paulo de 1956, apud Negri, 1994, pg. 132.
Região "Oeste" compreende: S. J. do Rio Preto, Araçatuba, Pres. Prudente e Marília.

O "Milagre Econômico" brasileiro (1968-1973), foi caracterizado por grandes taxas de crescimento econômico (acima de 10% a.a.), com queda na taxa de inflação. Delfim Neto, identifica que a essência do processo inflacionário dos anos de 64 e 65, estava centrado não mais na demanda excessiva e sim do lado da oferta, dado pelos fatores que pressionavam os custos, ou seja, política de taxa de juros elevada, correção dos preços públicos acima da taxa de inflação (preços reais), e a existência de uma grande parte de capacidade ociosa, estabelecida no Plano de Metas. Assim, a solução para Delfim é a retomada do crescimento. Nas políticas de longo prazo para o setor externo, deixa de existir o viés "anti-exportador" que existiu até o final dos anos 60, com políticas de minidesvalorizações, ampliação de subsídios, manutenção dos créditos para exportação e criação do BEFIEX. Para o

setor interno, o Plano de Metas cria uma política de crédito ao consumidor, para dinamizar o setor de bens de consumo durável, cria uma política habitacional (FGTS) e ainda retoma o investimento público, construindo obras como a Ponte Rio-Niteroi e Transamazônica.

No II PND (1975-1979), o sistema de proteção foi ampliado e intensificado, sendo o câmbio ajustado periodicamente através de minidesvalorizações (implantado em 68). A promoção das exportações de produtos manufaturados, passou a contar, além das tradicionais isenções fiscais e regime *drawback* já existentes, com créditos fiscais, financiamentos subsidiados e programas especiais de exportação. As políticas regulatórias de licenciamento de investimentos, controles de preços e regulação do mercado de trabalho, passam a ser mais rigorosamente aplicadas. Com relação à infra-estrutura, o plano continuou privilegiando os setores de energia e transportes, mas, com ênfase também na infra-estrutura de armazenagem, comunicação e urbanização/saneamento. No setor da educação privilegiou a expansão do ensino superior e de pós-graduação, bem como atividades de pesquisa.[49]

Com o avanço da estrutura industrial e a consolidação da industrialização pesada, internalizou-se também uma base técnica que submeteu a agropecuária a um rápido processo de modernização. Em função do espaço que se abriu no mercado internacional, passaria por grande expansão da produção de exportáveis industrializados ou não (...) as exportações industriais de bens de consumo não duráveis levaram à diversificação e expansão dos respectivos setores produtivos: casos de tecidos, calçados, alimentos e vestuário... Ao longo dos anos 70, as exportações de produtos industriais brasileiros diversificaram-se ainda mais, passando a incluir material de transportes, caldeiras e aparelhos

49 A conclusão de Chami Batista, específica ao II PND, é a de que apesar dos erros ocasionais em questões de política econômica e em decisões de projetos de investimentos, sua estratégia exerceu um papel positivo para o ajustamento externo da economia, além de sustentar o crescimento econômico. - Ver BATISTA , 1987.
No entanto, a análise de Suzigan, para o II PND, vai mais adiante e mostra que, embora o plano tenha sido bem sucedido do ponto de vista do desenvolvimento industrial, a prática da política industrial levada a efeito, acumulou problemas, gerados pelo protecionismo excessivo, pela "não" ênfase à capacitação tecnológica para inovar, pela concessão excessiva de subsídios, pela forte intervenção regulatória e pelo *stop-and-go* dos planos e políticas, que dificultariam a mudança de rumo, necessária nos anos oitenta. Ver SUZIGAM, 1992.

mecânicos, equipamentos e demais acessórios industriais, produtos siderúrgicos, material bélico e material aeronáutico.[50]

No início dos anos 70, a petroquímica é implantada no Plano de Metas, reapresenta-se novamente sob a coordenação do Estado, acomodando interesses do capital privado, público e estrangeiro, e em meados dos anos 70, é criado o Proálcool.

Assim, da apresentação e estudos feitos do processo de concentração Industrial nas seções anteriores, permite-nos concluir, portanto, que o processo de Concentração Industrial, se fez únicamente na Capital paulista e, posteriormente, na Grande São Paulo, a partir de 1889, quando, pela epidemia da febre amarela, Campinas perde grande parte de seu patrimônio, que a leva a perder irreversivelmente a primazia do desenvolvimento para a capital paulista, que se transforma em polarizador maior das atividades econômicas, não só estadual, como nacional.

Isto posto, pode-se aceitar para a Capital, as economias de aglomeração, como um importante fator nas decisões locacionais de empresas industriais, exercendo forte atração para novos estabelecimentos industriais, ao estilo dos Pólos de Crescimento, de François Perroux.[51] Isto porque a Grande São Paulo funciona como uma região que possui um campo de forças que atrai atividades econômicas de toda ordem, com formação dos "Complexos Industriais". Assim, essa região passa a ser um centro de rápido e autosustentado crescimento, tornando-se centro de uma indústria "propulsiva", e apresentando rápido crescimento do produto total, determinado tanto pela demanda final e intermediária como pelas ligações intra-industriais. Em torno da Capital aglomeram-se indústrias que se associam, formando um complexo industrial que serve como pólo de crescimento. A partir desses pólos, são emitidos os impulsos que fomentam o desenvolvimento em sua área de influência, propiciando as economias externas necessárias à redução dos custos de produção da área como um todo.

50 NEGRI (1994) pp. 151-152
51 PERROUX, 1977

No entanto, verifica-se nesse período, que Campinas não deixa de apresentar crescimento em suas atividades, as quais se constituíram a partir de um dinamismo próprio, resultado das determinações de sua natureza histórica dentro de seu espaço regional no processo de acumulação capitalista, mantendo-se assim, ainda que em menor proporção à capital, como pólo centralizador das atividades econômicas e de urbanização de sua Região.

6. A INTERIORIZAÇÃO DA INDÚSTRIA PAULISTA

A ocupação econômica e populacional do território brasileiro se processou desde a fase colonial, por uma integração definida pelos fluxos de comércio internacional, posto que as atividades econômicas estavam fundamentalmente voltadas para a exportação, sem haver, no entanto, uma maior vinculação e articulação das áreas exportadoras com o restante da economia nacional.[52]

Antes da modernização, a atividade industrial encontrava-se estritamente ligada à base de recursos naturais, com forte participação das atividades de subsistência (tais como fiação e preparação de alimentos), beneficiamento de produtos agrícolas para exportação (tais como descaroçamento e torrefação de café) e fabricação de artigos de baixa qualidade e consumo popular (alimentos, vestuários).[53] Em 1919, o produto industrial segundo o censo brasileiro refletia tal padrão típico dos países de baixa renda: alimentos (33%), têxteis (27%), bebida (5%), fumo e madeira (4% cada). Outros gêneros industriais com ligação para frente, como aqueles mencionados acima, contribuíram com 9% do produto industrial total: vestuário (8%) e mobiliário (1%). Nessas condições, a localização da indústria tende a ser amplamente dispersa e, de certa maneira, orientada pela localização da população agrícola.[54]

52 DINIZ (1991)
53 KATZMAN (1974) p. 475-531
54 Idem, p. 479

No contexto brasileiro, as empresas estrangeiras estabelecidas em São Paulo são antes filiais que firmas inovadoras. Como tais, essas firmas poucas necessidades têm das externalidades estáticas e dinâmicas proporcionadas pela cidade, a qual funciona como centro urbano de ordem inferior no sistema global capitalista. Sendo empresas de grande porte, podem achar atraentes as cidades industriais satélites, tais como Campinas e São José dos Campos.[55]

O processo de reversão da concentração industrial no Estado de São Paulo, pode ser constatada nos registros dos censos industriais de 1975, 1980 e 1985, que apontam a queda da participação de São Paulo na produção industrial de 58% para 52% e no emprego de 49% para 46%, em termos de Brasil. Dentro do Estado, a produção industrial da área metropolitana de São Paulo, cai de 75% para 63%, em relação ao interior.[56]

A análise dos processos regionais recentes, mostra a passagem da integração comercial para a integração produtiva, sob a presença marcante da grande empresa estatal e dos grupos oligopólicos. Estes procuram aproveitar-se das oportunidades produtivas em todas as regiões, inclusive dos incentivos fiscais, das políticas de exportação, o que poderia explicar o crescimento diferenciado das regiões.[57]

No caso específico do Estado de São Paulo, tem-se que a interiorização da indústria é discutida sob dois enfoques. Primeiramente, tem-se Azzoni, concluindo que " longe de constituir-se um sinal de reversão de polarização[58], o fenômeno observado em São Paulo estaria mais próximo de um espraiamento da indústria *dentro da área mais industrializada do País*, em um processo de "desconcentração concentrada". Seria mais aproximadamente um processo de suburbanização das atividades industriais em âmbito mais abrangente, o que é possível pelas oportunidades abertas pelo desenvolvimento tecnológico, em um

55 Idem, p. 520
56 DINIZ (1991) p. 44
57 Ver DINIZ (1991) p. 48 e CANO (1990)
58 "Polarizações reversas", dadas pelas"deseconomias de aglomeração", entendida como um conjunto de variáveis, como maiores custos de transportes, de terrenos, de serviços, de infra-estrutura urbana, ampliação do poder sindical, questões ambientais, queda na produtividade do trabalho, etc...

sentido mais amplo, para a separação das atividades produtivas das atividades de comando empresarial".[59]

Entretanto, visto por um segundo enfoque, não é possível entender a desconcentração industrial do país, sem atentar ao fenômeno da "interiorização" do desenvolvimento, principalmente, com relação ao Estado de São Paulo, em que os ganhos do Interior tendem a concentrar-se nas regiões de Campinas, São José dos Campos e Ribeirão Preto.[60] Outrossim, "a desconcentração[61] prevaleceu, sobretudo, em virtude do perfil setorial dos investimentos dos anos 80, fortemente associado a bens intensivos em recursos naturais e típicos do padrão industrial da II Revolução Industrial. (...) se fez também pela forma de inserção internacional do Brasil, através de produtos manufaturados relativamente padronizados[62] e, em grande medida, ligados ao processamento contínuo de recursos naturais (metalurgia básica, química básica e petroquímica, celulose e papel, alimentos industrializados), que determinou o perfil de investimentos deste decênio, parte do qual responde à maturação das metas do II PND. Mesmo com um investimento baixo, este tipo de aumento de capacidade produtiva acabaria por impactar numa continuidade de desconcentração."[63]

O conjunto de fatores constituídos tanto pelo enfoque do "espraiamento" como pelo da "interiorização", vão encontrar nas deseconomias de aglomeração, além de outros fatores locacionais, levaram muitos empresários, da Região Metropolitana de São Paulo, desde o início dos anos

59 AZZONI (1986)

60NEGRI (1994) pp. 13-14

61 Entende-se por "descentralização industrial" a mudança física (parcial ou total) de uma unidade industrial ou da produção industrial de uma área territorial para outra, como por exemplo, do Estado de São Paulo para outros Estados brasileiros ou, da Região Metropolitana de São Paulo para o Interior Paulista; por "desconcentração industrial", as alterações na distribuição espacial absoluta ou relativa de variáveis como número de estabelecimentos, pessoal ocupado, valor da produção e valor da transformação industrial. CANO, W. "Concentración, Desconcentración y Descentralización en Brasil", in CURBELO, J.L. et alli (Ed). "Territórios en Transformación (Análisis y Propuestas)" FEDER/C.S.I.C, Madrid, 1994

62 Sobre o assunto ver análise feita na Teoria do Ciclo do Produto, em VERNO, 1979. Em Campinas, o processo do produção também se fez , em torno desses produtos manufaturados padronizados, que não exigiam uma tecnologia sofisticada, desenvolvida e já existente nos países desenvolvidos, sem contudo estarem disponíveis.

63 Idem, p. 15

70, a buscarem novas alternativas locacionais para ampliação de plantas e novos investimentos, descentralizando suas atividades para o interior paulista, como são os casos da GM, Goodyear, Caterpilar, 3M, IBM, Pirelli, e outras empresas.

Esse processo de instalação de filiais de empresas de grande porte no interior do Estado de São Paulo, bem como as transferências de certas unidades da metrópole para o Interior, colaboraram para o aprofundamento da interiorização industrial em São Paulo, contribuindo também para a aceleração do processo de modernização e diversificação de sua indústria, ampliando significativamente a participação relativa de importantes ramos industriais como material de transportes, material elétrico e de comunicações, mecânica, metalurgia e matéria plástica, química e produtos farmacêuticos, entre outros.[64]

Com relação à interiorização da indústria paulista, tem-se a Tabela 04, que evidencia esse processo de interiorização, manifestando-se em todas as Regiões Administrativas do Interior, realçando-se no entanto, o maior peso absoluto da região de Campinas, que quase dobra sua participação no VTI, considerados os anos de 1959 e 1980.

O avanço da indústria interiorizada reestrutura seus setores produtivos, aproximando-os, da estrutura mais moderna da indústria metropolitana, devido à grande onda de inversões industriais realizadas no início dos anos 70, no espaço territorial interiorizado, em setores mais complexos.

Pela ótica do emprego, tem-se que o dinamismo industrial interiorizado mostra em 1970, a ocupação de 384,8 mil pessoas, em 1975, 579,0 mil pessoas e em 1980, alcançaria 816,9 mil pessoas, das quais 85,0%, ligadas diretamente com a produção. Conforme Tabela 04, a participação do interior no total do emprego industrial de São Paulo, sobe de 29,9% em 1970, para 31,9% em 1975 e para 35,8 em 1980. Sintetizando, tem-se que, "da metade dos anos 70 em diante houve uma grande crise econômica que se estendeu até os anos 80, na qual a população assalariada sofreu grande perda do seu poder aquisitivo, gerando enor-

64 NEGRI (1994) p. 15

me contingente de desempregados, particularmente na Região Metropolitana de São Paulo".[65]

Tabela 4

Distribuição espacial do pessoal ocupado e do valor da transformação industrial do Estado de São Paulo: 1959-1980 Valores em (%)

Estado de São Paulo e Principais Regiões	Pessoal Ocupado				VTI			
	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980
Região Metropolitana	70,7	70,1	68,1	64,2	73,8	74,7	69,4	62,9
1. Capital	55,9	49,9	46,1	40,4	54,8	48,2	44,0	34,8
2. Demais Municip.	14,8	20,2	22,0	23,8	20,0	26,5	25,4	28,1
Interior	29,3	29,9	31,9	35,8	26,2	25,3	30,6	37,1
1. Litoral	1,5	1,8	1,7	1,6	4,0	2,8	2,5	3,7
2. Vale do Paraíba	2,9	3,6	3,8	4,2	2,0	3,3	4,2	5,5
3. Sorocaba	4,9	3,6	3,7	4,7	3,3	2,2	2,4	4,1
4. Campinas	11,3	12,2	13,5	14,9	8,9	10,6	15,1	15,8
5. Ribeirão Preto	3,9	3,9	4,3	5,0	3,2	3,0	3,1	4,4
6. Bauru	1,4	1,4	1,4	1,5	1,1	0,9	1,0	1,3
6. Região "Oeste"	3,4	3,4	3,6	3,8	3,7	2,5	2,3	2,3
Total do Estado	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: FIBGE - Censos Industriais de 1960/1980, apud Negri, 1994, pg. 214.

7. A ESTRUTURA DA INDÚSTRIA E OS DETERMINANTES DA INTERIORIZAÇÃO DA INDÚSTRIA PARA CAMPINAS E REGIÃO

A dinâmica do complexo cafeeiro estruturou na região uma economia com grau relativamente avançado de disseminação de relações mercantilizadas de produção e de diferenciação da divisão social do trabalho. Esse conjunto de fatores que constituíram a herança cafeeira,

65 BAENINGER (1992) p. 66 - Muito embora a autora tenha enfatizado a existência de uma "grande crise econômica" de 1975 a 1980, entendemos que, na verdade, houve apenas uma "desaceleração econômica", em virtude, principalmente, do esgotamento da capacidade ociosa, onde o crescimento havia até então se apoiado. Ver tambem sobre o assunto SEMEGHINI (1988) pp. 174 e 175

foram fundamentais para viabilizar a rápida transformação de sua economia após a crise de 1929/1930 e o seu dinamismo posterior.

Na etapa da industrialização restringida, Campinas definia-se como o principal pólo fabril do estado depois da região metropolitana. A partir de 1950, a atividade industrial já seria a mais importante atividade econômica do município, e a partir do Plano de Metas (1956), já dentro da industrialização pesada, o movimento de implantação de grandes empresas estrangeiras. dos setores de bens intermediários, de bens de consumo duráveis e de bens de capital, buscaram selecionar "pólos", em função de níveis adequados de mão-de-obra mais qualificada, infraestrutura , complexo urbano de serviços desenvolvido, rede viária, etc., o que é encontrado em Campinas e região de forma relativamente satisfatória.

É comum atribuir-se o crescimento industrial da Região de Campinas a duas ordens de fatores: ao desdobramento da industrialização paulistana, motivada pelo aumento de custos de aglomeração da metrópole, e à expansão da malha rodoviária. Sem negar o peso desses fatores, parece fora de dúvida que o principal condicionante da expressão industrial que a região adquire a partir dos anos cinqüenta foi seu processo de desenvolvimento anterior, em particular aquele que se desenrola como resposta às mudanças de padrão de acumulação depois de 1930. De outra forma, como explicar que regiões localizadas à mesma distância aproximada de São Paulo e igualmente servidas por rodovias (principalmente a do Vale do Paraíba situada no principal eixo de transportes do país na época), só tenham se industrializado fortemente muito mais tarde, e assim mesmo sem atingir o porte ou a diversificação da indústria de Campinas?[66]

A partir de 1948, o asfaltamento da Via Anhanguera de São Paulo-Campinas-Ribeirão Preto, intensificou a urbanização em Campinas e Região, potencializando o estímulo dado dentro do próprio processo de diversificação econômica que se desenvolvia neste espaço. Em Campinas, Americana e Sumaré, aumentou-se o plantio e

66 SEMEGHINI (1991) p.115

beneficiamento de algodão e ampliaram-se as funções industriais a eles associados; em Piracicaba, a atividade canavieira impulsionou o importante setor mecânico de fornecimento de usinas e, em Limeira, estimulou-se a especialização no cultivo de cítricos.

O crescimento urbano do município de Campinas, também funcionou como importante indutor da industrialização local. A ação do Estado, nos vários níveis de governo, acompanharia e reforçaria esse crescimento e foi decisiva na consolidação da indústria interiorizada na Região de Campinas, promovida no âmbito Federal , através de investimentos em comunicações (implantação dos sistemas de DDD, DDI e de Telex), implantação da Refinaria do Planalto - Replan (1972), do Proálcool (1974), na região Piracicaba, o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da TELEBRÁS (1976), o CTI-Centro de Tecnologia e Informática, próximo à Unicamp (1983); no âmbito Estadual, através dos Programas de Cidades Médias, Programa de Interiorização do Desenvolvimento - PROINDE, Política de Descentralização Industrial que consistiam em programas de investimentos em infra-estrutura econômica e social no interior do estado, a implantação do Centro de Energia Nuclear na Agricultura - CENA (1960), junto à ESALQ-USP e da UNICAMP (1965) e por fim, no âmbito Municipal, as prefeituras instituíram "políticas atrativas" de novas instalações industriais, através de instrumentos de incentivos, como isenção parcial ou total de tributos municipais, doação ou concessão de áreas a preços subsidiados, implementação de infra-estrutura econômica requeridas pelo capital industrial, principalmente, àquelas dadas pela construção de Distritos Industriais, em locais privilegiados.[67]

A expansão da malha rodoviária, implementada pelo PROINDE, em 1972/75, reforça ainda mais a centralidade que Campinas já adquirira a partir do tradicional "nó" de transportes ferroviários, para onde convergiam boa parte dos impulsos comerciais e de serviços.

67 Ver DINIZ (1991) pp. 114-116 e NEGRI (1994) pp. 189-202, Ver também, CANO, W "Auge e Inflexão da Desconcentração Econômica no Brasil", UNICAMP, mimeo, pag. 4 e 5, 1995 e CANO, W. et alli "Economia, Demografia e Urbanização: Diagnóstico e Cenários (1970/2000)", Plano Diretor de Campinas, Campinas, mimeo, março de 1991.

Ainda, segundo Semeghini, referindo-se ao município de Campinas, "o impulso exportador tem desempenhado importantíssimo papel como componente da demanda para a indústria local, como mostra o Cadastro Industrial de 1982, onde ressalta que, da força de trabalho fabril da cidade, 50% empregava-se em empresas que produziam para o mercado externo e que, dos 21 ramos industriais presentes na cidade, 13 são exportadores".[68] E, por último, a implantação do pólo de alta tecnologia, que se desenvolve em Campinas, nos setores de informática, microeletrônica, telecomunicações e química fina.

Os elementos acima constituem-se de forma sintetizada os determinantes da intensificação do processo de industrialização que se desenvolve em Campinas e região até 1970. A partir da década de setenta, a modernização e diversificação, alteram significativamente a estrutura da indústria regional. No que se refere ao crescimento industrial, entre 1960 e 1980, o número de estabelecimentos na região passou de 5.037 para 9.786, enquanto o pessoal ocupado elevou-se de 93.543 para 340.090, com um aumento de 263,5%. A região de Campinas que em 1959/60 já era a principal área industrial do estado, fora da Grande São Paulo, apresentava 8,9% do VTI estadual, em 1970 ampliaria para 10,6%, atingindo 15,1% em 1975 e 15,8% em 1980. (Tabela 04 acima)[69]

Ainda conforme Semeghini e Negri, os ramos que compõem o Grupo I (bens não duráveis de consumo) responsáveis em 1960 por 58,6% do total do VTI regional, em 1980 haviam reduzido essa participação para 24,4%. Isso não significa que não tivessem crescido; ao contrário, nesses vinte anos passaram de 51 mil operários para mais de 118 mil. A indústria têxtil da região com 452 estabelecimentos em 1960, era responsável por 12% do VTI do ramo no estado; em 1980, seriam 1089 estabelecimentos têxteis regionais, responsáveis pela geração de 21% do VTI estadual do ramo.

A ampliação da presença de produtos industriais na pauta de exportações e as exigências do mercado externo estimulam e impõem a necessidade de significativas mudanças tecnológicas e de padronização

68 SEMEGHINI (1991) p. 152
69 Ver SEMEGHINI (1991) e NEGRI (1994)

e melhoria da qualidade, inicialmente, nas indústrias de bens de consumo não-duráveis como, calçados, alimentos, tecido, vestuário, etc., e, em seguida, nas indústrias de máquinas e equipamentos, acessórios industriais e automóveis.

Embora os setores do Grupo I, de bens de consumo não-duráveis, tenham perdido importância relativa na estrutura industrial regional, seus setores mais expressivos, como por exemplo o têxtil em Americana, acompanharam as modernizações e transformações do parque industrial, muito embora entre em declínio e se diversifique, a partir dos anos 80.

Para as indústrias do Grupo II (predominantemente de bens intermediários), registrou-se o maior crescimento relativo em termos do valor da transformação industrial. Com certa expressão no panorama estadual até 1970, onde seus maiores destaques eram as indústrias de papel e papelão, couros e peles, borracha e minerais não-metálicos, em 1980, a participação das indústrias do Grupo II, era a mais expressiva da região no total estadual: papel e papelão com 28%, couros e peles com 28% e minerais não metálicos com 23%, além da borracha, cuja participação estadual continuava também importante. Porém, o mais significativo impulso nesse grupo de indústria foi a implantação da Refinaria do Planalto, em Paulínia, nos anos setenta: com isso, a ponderação do ramo químico regional no total estadual do ramo que era de 4% em 1970, atingia 25% em 1980.[70]

As indústrias predominantemente de bens de capital e bens de consumo duráveis - Grupo III - foram as que apresentaram maiores taxas de crescimento da produção no Estado, nas duas décadas. Nesse grupo foi significativo o processo de interiorização industrial: a região metropolitana de São Paulo detinha em 1960, 90,6% do seu VTI, contra 71,8% em 1980. No interior a região de Campinas permanecia como a principal região produtora desses bens, os quais concentravam 29,3% do VTI regional em 1980. Entre 1960 e 1980, o número de estabelecimentos das indústrias do Grupo III na região passou de 336 para 1762, enquanto o número de operários passou de 10.414 para 98.325.

70 Idem, p.144

Isto posto, a região de Campinas, pela proximidade da Capital, seu adequado sistema de transportes e comunicações e seu significativo implante industrial precoce, e outros fatores anteriormente citados, intensifica o movimento de atração de grandes empresas iniciado nos anos cinqüenta, surgindo na região indústrias pesadas de capital estrangeiro bem como de capital nacional, como é o caso da Romi, em Santa Barbara D'Oeste, da Nardini, em Americana, transformando a região no terceiro pólo industrial brasileiro, atrás apenas da região metropolitana de São Paulo e do Estado do Rio de Janeiro. Conforme Tabela 05, coube a Campinas, dentro da região, uma maior concentração relativa do valor da transformação industrial. "Americana que até 1970 era um pólo têxtil, em 1980 já se diversificara com a presença de indústrias dos ramos de Borracha, Mecânica e Química".[71]

Tabela 5

Participação relativa das sub-regiões no valor da produção industrial da região de Campinas (1960-1980) - Valores em (%)

	1960	1980
Região Admin. de Campinas	100,0	100,0
Sub-regiões de:		
Campinas	44,5	60,1
Piracicaba	13,8	10,1
Limeira	16,1	10,1
Rio Claro	3,1	1,8
São João da Boa Vista	2,5	1,4
Casa Branca	3,1	1,4
Jundiaí	15,3	13,8
Bragança	1,6	1,2

Fonte: Censos Industriais, 1960 e 1980, FIBGE, apud Semeghini, 1991

71 CANO (1991) p. 17

Especificamente para o município de Campinas, ao se considerar sua evolução industrial, observa-se que o período de 1960 a 1980, vai consolidar a produção industrial como a mais importante atividade econômica do município. Nessas duas décadas, os estabelecimentos industriais são ampliados de 519 para 1.204 unidades e o pessoal ocupado passa de 15.315 para 52.218 pessoas. Em que pese a significativa participação do setor metal/mecânico no crescimento do valor da produção, este crescimento não se restringiu unicamente à cidade de Campinas, mas também ao seu entorno, principalmente pelas cidades de Valinhos, Sumaré e Indaiatuba, além, da expansão da indústria química, a partir da implantação da Replan em Paulínia.[72]

A diversificação das atividades econômicas, característica antiga do município de Campinas, é acentuadamente reforçada pela expansão ocorrida nas décadas de 60 e 70, e segundo Semeghini, "a estrutura industrial de Campinas (e seu entorno) assemelha-se à da Grande São Paulo, ao contrário do que ocorre com os pólos industriais de outras regiões do interior, especializados em determinados ramos e setores",[73] como é o caso da petroquímica e a siderurgia no litoral, a agroindústria em Ribeirão Preto, etc..

Ao se considerar as transformações no setor terciário e, em especial, o setor de serviços[74], tem-se que a malha rodoviária implantada bem como o crescimento do transporte rodoviário a ela relacionada reforçam a função de "nó", potencializando o tradicional papel de Campinas, de centro polarizador de cargas, não só para a região como também para outras regiões paulistas e outros estados.

A cidade se destaca também no setor financeiro, sendo a terceira praça em movimento bancário no país, centralizando as sedes regionais de grandes e médios bancos, além de todos os bancos que operam no país. E, segundo Semeghini, a ampliação da pauta do comércio exterior, que envolveu não só a agricultura, mas também o setor

72 O inicio de funcionamento da Replan, deu-se em 1972.
73 SEMEGHINI (1991) p. 149
74 Ver GONÇALVES e SEMEGHINI (1987) p. 18

secundário no período recente, transformou a cidade numa das principais praças exportadoras do Brasil, com a vinda dos bancos estrangeiros, escritórios e firmas especializadas. Reforça muito esse papel a presença do aeroporto internacional de Viracopos, que tem sido uma das principais saídas de cargas aéreas do país.[75]

Em termos populacionais observa-se que, o grande pólo de atração de população no Estado nos anos 70, foi a Região de Governo de Campinas, constituída de 22 cidades, transformando-se assim, num dos principais canais de expansão da desconcentração relativa das atividades industriais, a partir da Região Metropolitana de São Paulo, atraindo contingente significativo de migrantes.[76]

Isto posto, enquanto as economias de aglomeração apresentam um conjunto de explicações para a concentração da Indústria, na Capital e Grande São Paulo, o mesmo não ocorre para explicar o fenômeno da interiorização da indústria, considerando-se a controvérsia que se tem a partir dos estudos de "Reversão de Polarização" feitos por Richardson, em 1980 e contestados por Azzoni, em 1986, com sua tese de "espraiamento industrial". Além do que, Diniz, em 1991, ao desenvolver seu conceito de "Desenvolvimento Poligonal", enfatizar a existência de um conjunto de aspectos importantes do problema. Entretanto, o relevante para análise neste momento, é verificar dentro desse processo de interiorização, o papel e as ações do Estado, as deseconomias de aglomeração e a concentração regional da pesquisa e da renda, como indutores, da concentração e desconcentração produtiva e sua posterior reconcentração.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Marisa de et al. **Indústria em São Paulo, sua Evolução e sua Distribuição Espacial.** SP: Diretoria de Pesquisas, Estudos e Avaliação, SENAI, 1992

75 SEMEGHINI, (1991) p. 154
76 BAENINGER (1992) p. 108

AZZONI, C. R. **Teoria da Localização.** SP: USP/FEA, 1982

——————— **Indústria e Reversão da Polarização no Brasil.** SP: IPE/USP, Ensaios Econômicos no. 58, 1986

BACHA, E.L. **Os mitos de uma Década.** RJ: Paz e Terra, 1991

BAENINGER, R. **Espaço e Tempo em Campinas: Migrantes e a Expansão do Pólo Industrial Paulista.** Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 1992 (Dissertação de Mestrado em Sociologia)

BAPTISTA, L. A **Campinas - De Centro Polarizador Primário-Exportador ao Manufatureiro-Exportador.** São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1996 (Dissertação de Mestrado em Economia Política)

BATISTA, J.C. **A Estratégia de Ajustamento Externo do II PND.** SP: in Revista de Economia Política, vol. 7 no. 2, abril-junho/1987

CANO, W. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo.** 3a. Ed., SP: Hucitec, 1990

——————— **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil. (1930 - 1970).** S.P: Unicamp Global, 1985

——————— **Auge e Inflexão da Desconcentração Econômica Regional no Brasil.** Campinas: Texto-Unicamp, 1995

——————— **Concentración, Desconcentración y descentralización en Brasil.** Madrid: in Territórios en Tranformación (Analisis y Propuestas), -FEDER, C.S.I.C, 1994

——————— **A interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980).** SP: in Coleção Economia Paulista, Seade, vol.1, no. 1,2 e 3, 1988

CARDOSO DE MELLO, J.M. **O Capitalismo Tardio.** 4ª edição, S.P: Brasiliense, 1986

DINIZ, C. C. **Dinâmica Regional da Indústria no Brasil: Início de Desconcentração, risco de Reconcentração.** Belo Horizonte: Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, 1991 (Tese apresentada ao Depto de Ciências Econômicas)

FIGUEIRA DE MELLO, F. **Formação Histórica de Campinas: Subsídios para discussão do Plano Diretor de Campinas.** Campinas: Prefeitura Municipal de Campinas, 1991

FURTADO C. **Formação Econômica do Brasil.** 13ª edição, SP, Ed. Nacional, 1975

GONÇALVES, M.F., SEMEGHINI, U.C. **Campinas: Segunda Metrópole paulista?** Campinas: Texto Unicamp, 1987

HADDAD, P. R. (Editor) **Desequilíbrios Regionais e descentralização Industrial.** RJ: IPEA/IPLAN, série Monográfica no. 16, 1975

KATZMAN, M. T. **Urbanização e Concentração Industrial: 1940/70.** RJ: IPEA, in Pesquisa e Planejamento Econômico, Volume 4, número 3, dezembro de 1974

KON, A. **Economia Industrial.** SP: Nobel, 1994

LAFER, B.M. (Org) **Planejamento do Brasil.** SP: Perspectiva, 1975

LESSA, C. **Quinze Anos de Política Econômica.** 3ª edição, SP: Brasiliense, 1982

MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio.** SP: Ed. Abril, Cultura, 1982

MARX, K. **O Capital.** SP: Nova Cultural, in Os Economistas, 1985

MYRDAL, G. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas.** 2ª edição, RJ: SAGA, 1968

NEGRI, B. **Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo (1880 - 1990).** Campinas:Instituto de Economia da Unicamp, 1994 (Tese de Doutoramento em Ciências Econômicas)

PINTO, A., KANAKAL, J. **El Sistema Centro-Periferia 20 años Despues.** Santiago: Cepal, mimeo, 1971

PERROUX, F. **Note sur la notion de pôle de Croissance. Economi Appliquée,** 1955, Belo Horizonte: in Schwartzman S. (Org.), CEDEPLAR, 1977

RODRIQUEZ, O. **A Concepção de Centro-Periferia.** Revista Cepal, 1977

SEADE **Perfil Municipal** SP: 1994

SEADE **Anuário Estatístico** SP : 1994

SEADE **Especialização da Industria Paulista**. SP: in Coleção Economia Paulista, vol. 4, 1990.

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO DE SÃO PAULO **São paulo em Exame - Região de Governo de Campinas.** SP: 1990

SEMEGHINI, U. C. **Do café a Industria: Uma Cidade a seu Tempo**. Campinas: Editora Unicamp, 1991

——————— **Campinas (1860 a 1980): Agricultura, Indústria e Urbanização. Campinas:** Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1988 (Dissertação de Mestrado em Ciências Econômicas)

SERRO POMBAL DIB, M. F. Importações Brasileira: Políticas de Controle e Determinantes da Demanda. RJ: Depto de Economia da PUC-RJ, BNDES, 1987 (Dissertação de Mestrado em Economia do Setor Público)

SUZIGAN, W. **Experiência Histórica de Política Industrial no Brasil.** Campinas: UNICAMP, 1995

TAVARES, M. C. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro.** 7ª edição, RJ: Zahar, 1978

VERNON, R. **Investimento Externo e Comércio Internacional no Ciclo do Produto.** SP: in Savasini e outros, Economia Internacional, 1979

ZIMMERMANN G., SEMEGHINI, U.C. **Campinas** Campinas: in Relatório Final da Pesquisa "Explosão Urbana e Demandas Sociais no E. S. Paulo", Campinas,1988